

pensavam os juízes sobre a violência com que se deparavam todos os dias, trazendo o entendimento de que a conciliação induzida pelos magistrados coloca o conflito novamente na esfera privada, devolvendo-o à vítima e redistribuindo o poder em favor do réu. Conclui que sua pesquisa “permite dizer que o Juizado Especial Criminal não oferece a solução de que as mulheres necessitam... Quando a mulher resolve, para restabelecer o equilíbrio da relação, acionar o Poder Judiciário, este a mantém no mesmo patamar em que ela se encontrava”. As consequências dessa situação são problematizadas, uma vez que representam, para as mulheres vítimas de violência doméstica, um fator de alto risco.

Problemáticas pertinentes e visão crítica, tratamento teórico consistente, convite à reflexão com enfoques diferenciados sobre aspectos relevantes nas relações de gênero na sociedade brasileira são as características que dão valor a esta coletânea.

Bernardete Angelina Gatti

Fundação Carlos Chagas

Programa de Pós-Graduação e Psicologia
da Educação da Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo

gatti@fcc.org.br

AS GRANDES FESTAS DIDÁTICAS: A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E AS EXPOSI- ÇÕES INTERNACIONAIS (1862-1922)

Moysés Kuhlmann Júnior

São Paulo: USF/CDAPH, 2001, 262p.

Templo, vitrine, teatro... e agora, escola. Assim, evocando grandes metáforas da modernidade, começa a conclusão do livro de Moysés Kuhlmann Júnior, pedagogo e historiador da educação que tem contribuído significativamente para a renovação dos estudos da história da infância e da educação infantil no país. Só que, desta vez, o objeto de preocupação não é diretamente a infância ou a educação infantil, mas a educação de

uma maneira mais geral e a educação popular de maneira mais específica, bem como a crescente escolarização do social na segunda metade do século XIX e no início do século XX, a partir das exposições ocorridas entre os anos de 1862 e 1922. Nesse período, ocorreram 17 exposições internacionais em diferentes países (inclusive no Brasil), sete exposições nacionais e inúmeros congressos dos mais variados temas, pelos quais o autor procura mostrar a intenção didática dessas exposições e sua repercussão, o lugar privilegiado que a educação aí ocupa como produtora de civilização e progresso e a participação do Brasil nesse processo, levando em conta as especificidades de nossa situação política e social. Tomadas como verdadeiras *festas didáticas* pelo autor, essas exposições tinham a pretensão de mostrar, de dar a ver, e, desse modo, construir o Brasil como uma Nação próspera e ordeira. Transformadas numa escola de civismo, essas exposições e as atividades que giravam em sua órbita estavam imbuídas de uma pedagogia do progresso: progresso a ser cultuado, exibido, representado. Daí sua dimensão de *templo, vitrine* e de *teatro*.

Ao longo de mais de 250 páginas, Moysés faz *desfilar* diante de nossos olhos personagens, tramas, objetos, imagens de uma história ainda hoje muito pouco conhecida no campo da educação e, mesmo, da história da educação. O autor, com maestria e sensibilidade, vai nos mostrando como as exposições internacionais, que tinham por objetivo *celebrar* o progresso humano e as *riquezas das nações*, eram projetadas, também, como espetáculos a serem oferecidos a platéias ávidas por novidades e acontecimentos. Nelas as vitrinas do progresso exibiam os atributos da modernidade: objetos, conhecimentos, produtos e tudo aquilo que denotasse, segundo o espírito da época, a arte e o engenho humano; nelas a ciência era exposta, ao mesmo tempo, como realidade, realização e única possibilidade para o progresso das nações e para a felicidade dos seres humanos.

Apesar das diferenças entre a Primeira Exposição Internacional, ocorrida em Londres, em

1851, e a do Rio de Janeiro, em 1922, é possível perceber uma grande continuidade em vários de seus aspectos. Tais continuidades são marcantes no plano discursivo, mas não apenas neste. Com ligeiras diferenças, todas elas são assinaladas pela crença no progresso advinda das ciências, na superioridade dos países do hemisfério norte sobre os demais, na educação e na escola como única possibilidade de participação dos países do nosso continente no *concerto das nações* civilizadas, dentre muito outros elementos retóricos e ideológicos que marcaram o período analisado.

Ponto central da discussão sobre a educação no interior das exposições e congressos, é a análise que o autor realiza da construção da importância da educação e da escola no imaginário moderno como signo de civilização e progresso. Esse eixo percorre todo o livro. A partir dele, o autor aborda a articulação entre os diferentes grupos implicados na questão educacional e sua formulação de propostas para a educação, a atuação da Igreja Católica, a influência norte-americana como padrão de modernidade, os principais temas educacionais em debate, a ênfase na criança, além da base material e “científica” das novidades pedagógicas que povoavam as exposições e congressos investigados.

Na maior parte dessas exposições a escola era focalizada, demonstrando-se a superioridade deste ou daquele método de ensino, a necessidade de um ou outro material didático, o adiantamento ou, no mais das vezes, o atraso dos países no que se refere à instrução, a premência de se investir na educação do povo, dentre outros aspectos. No entanto, transformando o público em *espectador*; tais empreendimentos não apenas discutiam diretamente as experiências e os rumos da educação e da escola nos diversos países, mas faziam-se escola, travestindo o espectador em aprendiz. Daí a face didática, e quase catequética, que assumiam as exposições e as representações que os seus idealizadores produziam.

Lançando mão do conceito de *formações*, cunhado pelo historiador, crítico literário e escritor inglês R. Williams, Moysés entende, den-

tro dos limites de seu trabalho, uma notável revisão da historiografia brasileira em relação à atuação dos grupos profissionais no campo da educação e, mesmo, na sociedade como um todo. Ao analisar as articulações entre esses grupos, o autor discute a capacidade de composição que eles apresentavam. Afirma, com propriedade, que a defesa empreendida por médicos, engenheiros e advogados, cada um a seu modo, da primazia de seus saberes profissionais na proposição de teorias e práticas cujo objetivo era garantir a ordem e o progresso da/na sociedade brasileira, não significava, em momento algum, que eles dispensassem o concurso de outros saberes, mesmo que de forma subsidiária, na definição e realização de tais tarefas.

Outro ponto alto do livro são as fontes a partir das quais o autor constrói seu trabalho. Apesar de uma crítica um tanto quanto apressada à utilização da legislação e de documentos oficiais no âmbito da história da educação, Moysés realiza uma exaustiva e muito bem-feita pesquisa com fontes documentais até então praticamente ignoradas pelos trabalhos na área. Trata-se não apenas da documentação diretamente relativa à participação brasileira nas exposições, o que por si só constitui um acervo dos mais interessantes e intrigantes, mas um número invejável de documentos relacionados aos eventos nacionais derivados ou preparatórios para aquelas. A partir de tais fontes, diligentemente indicadas pelo pesquisador, e das questões apontadas pelo seu estudo, muitas outras investigações poderão ser feitas.

A leitura provoca-nos, no entanto, uma questão: o que são as festas analisadas por Moysés? A impressão que fica é que as exposições eram festas apenas para serem vistas. Se pensa, como já o indicava Jorge Coli¹, que o século XIX vê nascer uma verdadeira *pedagogia do olhar*, parece-nos que o trabalho é coroado de êxito. Imagens, objetos, relações... tudo é dado a ver, numa espécie de grande aula de *lições de coisas*, aspecto,

1 COLI, J. Manet: o enigma do olhar. In: NOVAIS, A. (org.), *O Olhar*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

aliás, para o qual o autor, com muita propriedade, chama a atenção. No entanto, seria a festa apenas isto? Talvez fosse preciso um olhar menos pedagógico para acentuar outras características das festas que não a de espetáculo a ser visto. A vivência das exposições, as experiências dos sujeitos, com certeza, ultrapassavam aquilo que estava organizado e, muitas vezes, autorizados aos visitantes. Sobre isso praticamente não se fala. Mas não podemos deixar de apontar para o fato de que, com a afirmação da escola como instituição social responsável pela instrução e pela educação das novas gerações, há uma crescente escolarização do conjunto das atividades sociais, entre elas as festas. Daí, talvez, também tenhamos que olhar nas duas direções: a escola sendo conformada pela práticas sociais e, ao mesmo tempo, conformando-as.

Uma outra questão que o trabalho de Moysés traz à tona refere-se à produção de discursos dissonantes. Qual o contraponto à essa fé acrítica no progresso e na ciência que as exposições celebravam? Quais críticas diferentes grupos sociais dirigiram a essas exposições e seus "produtos"? Como é possível desconstruir sua eficácia pedagógica? Se o autor não se detém sobre esse ponto, nem por isso deixa de indicar uma via para a desconstrução da lógica e das representações presente nessas exposições, ao apontar para as ambigüidades dentro desse processo e para a questão da luta de classes – e, no caso brasileiro, da flagrante exclusão social – sempre ausente nessas vitrinas do progresso.

A qualidade de um trabalho mede-se pelas questões que nos possibilita formular, tanto quanto pelas hipóteses que levanta e pretende demonstrar. Nesse sentido, o trabalho de Moysés, aqui analisado, está entre os grandes trabalhos que, ultimamente, têm sido produzidos no âmbito ou sobre a história da educação brasileira: ele torna possível e inteligível inúmeras questões que antes não sabíamos ou não ousávamos elaborar. E se é a partir de questões que se realiza pesquisa, se é a partir do conhecido que importa descortinar o novo, este trabalho contribui decisivamente para

um conhecimento e para o desenvolvimento de pesquisas acerca da trajetória histórica, dos sujeitos e das formações, das estratégias e das representações que importam decisivamente na produção e na configuração atual da educação brasileira. De diferentes formas, direta ou indiretamente, o trabalho chama a nossa atenção para que nos conscientizemos de um passado que teima em não passar, que se esforça para fazer-se presente, e nos alerta para a fato de que, como dizia Benjamin, se os vencedores continuarem a vencer, nem os mortos descansarão em paz. Somente por isso, se não pelas inúmeras outras razões, o livro merece ser lido e recomendado.

Luciano Mendes de Faria Filho

Faculdade de Educação da Universidade
Federal de Minas Gerais
lucianom@fae.ufmg.br

Carla Simone Chamon

Centro Federal de Educação Tecnológica
Doutoranda pela Faculdade de Educação
da Universidade Federal de Minas Gerais
carlachamon@bfree.com.br

DA FALA PARA A ESCRITA: ATIVIDADES DE RETEXTUALIZAÇÃO

Luiz Antônio Marcuschi

São Paulo: Cortez, 2000, 133p.

Opor dois termos – dizer sim a um ou dizer não ao outro –, apesar de todas as revoluções epistemológicas, é um procedimento lógico crucial e maciçamente presente em nosso cotidiano. Pensar para além de uma dicotomia, de uma lógica alética, é travar uma luta no campo da avareza de nosso imaginário, tão habituado a modelos que cultuam a aristocrática atitude da exclusão. No campo das ciências da linguagem, poucas são as obras que enfrentam o desafio da complexidade, de tomar um objeto e não submetê-lo às facilidades dos dois róis de características contrárias. Mesmo obras que pugnam por um ensino